



O segredo da confiança no poder local: proximidade e ciclos longos

O poder local é o nível de governação mais bem-visto pelos portugueses. Hoje, portugueses são chamados a eleger milhares de autarcas

Sandra Silva Costa

O país vota hoje para eleger quem vai governar 308 concelhos e 3259 freguesias, mas há uma coisa que já se sabe sobre essa eleição: serão eleitos os políticos mais bem-vistos pela generalidade dos portugueses. Sendo o poder local “uma arena incontornável na vida democrática portuguesa”, os mais recentes estudos, com inquéritos feitos no primeiro semestre deste ano para a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) e o Fórum das Políticas Públicas do ISCTE, confirmam que se trata do nível de governação com melhor avaliação.

“O facto de os cidadãos terem com estas instâncias uma relação quotidiana, uma percepção mais clara do que é o efeito da decisão pública – porque há um arranjo de rua, porque há uma política de mobilidade que é aplicada, porque a recolha do lixo é feita de determinada forma –, ajuda a explicar a maior confiabilidade nestes órgãos”, explica ao PÚBLICO Filipe Teles, um dos autores do Barómetro do Poder Local da FFMS que indica que 51% dos inquiridos identificam “a

prestação de serviços públicos de qualidade e da forma mais barata possível como a principal missão do poder local”. E 44% têm dele uma imagem “positiva” ou “muito positiva”, com apenas 17% a acharem que é “negativa” ou “muito negativa”.

Pedro Adão e Silva, professor universitário e um dos autores do inquérito do Fórum das Políticas Públicas, concorda mas avança outra justificação: o facto de estarmos “numa fase de microciclos políticos a nível nacional”, que “coexistem com uma enorme estabilidade e continuidade política ao nível da política municipal”, cujos ciclos duram “no mínimo quatro anos”.

“É absolutamente excepcional haver eleições intercalares em municípios, e muitas vezes há continuidades que vão para lá dos 12 anos, porque, mesmo com o limite de mandatos do presidente, há continuidade com executivos da equipa. Isso cria uma grande diferença: a política local passou a ter tempo para planear, executar, avaliar políticas, e a política nacional, associada a microciclos, vive uma espécie de frenesim das reformas sistemáticas, às quais está associada a substituição das políticas

Perguntas e respostas: quanto ganha um autarca?

anteriores”, nota. Adão e Silva não tem “dúvidas nenhuma” que “isto já se está a traduzir numa melhor qualidade das políticas locais e regionais e numa degradação das políticas públicas nacionais”.

Em resposta à pergunta “Quem é que se preocupa mais consigo?”, feita pelo Fórum das Políticas Públicas, “quase dois em cada três inquiridos (63%) dizem que é a sua junta de freguesia”. Logo a seguir, surge a câmara municipal (60%). O Barómetro confirma este dado, sublinhando que “os inquiridos atribuem maior impacto às eleições para as assembleias de freguesia do que para as assembleias municipais, contrariando a lógica institucional, que confere maior poder formal às segundas”.

“Travão” ao populismo

Dos inquiridos no estudo da FFMS, 69% afirma que “com toda a certeza” vai hoje votar nas autárquicas. Filipe Teles não sabe, naturalmente, o que irá acontecer em termos de abstenção, mas tem “uma expectativa diferente”. Provavelmente, diz, haverá “uma redução na abstenção, tal como verificámos nas legislativas, por aumento da competitividade eleitoral, com novos partidos com um peso mais significativo hoje e que vão buscar votos a tradicionais abstencionistas”. Por outro lado, acrescenta, “há muitos presidentes de câmara que não se podem recandidatar e, portanto, a competição eleitoral irá aumentar”. Seja como for, os níveis de abstenção nas autárquicas, tradicionalmente elevados, estão mais ligados “à desafeição ao sistema político e partidário do que à maior confiança e proximidade ao poder local”, sublinha.

No que diz respeito aos factores que “influenciam o seu sentido de voto”, os inquiridos no Barómetro “identificam dois acima de todos os outros: o desempenho que a câmara municipal tem tido e as características pessoais dos candidatos”, sendo que “candidatos íntegros são os mais valorizados em eleições para as câmaras municipais”. “Na política local, o território, os rostos e as relações interpessoais desempenham um papel determinante. O voto é menos ideológico e mais relacional; menos partidário e mais personalizado”, lê-se no estudo da FFMS.

Noutro âmbito, o Fórum das Políticas Públicas dá conta que, “em linha com a ideia de que são as autarquias a entidade mais bem posicionada para implementar políticas públicas, a maioria dos inquiridos (53%) entende que se devem transferir mais competências para o poder local, enquanto apenas 17% concordam com o nível actual de descentralização de competências”. E os dados do Barómetro mostram que os inquiridos apoiam “a descentralização, especialmente a nível regional: 62% concordam com a noção de que os investimentos e os

serviços públicos devem ser adaptados às necessidades específicas de cada região e decididos a esse nível.”

Para Pedro Adão e Silva, estes dados sugerem que “a descentralização e a desconcentração de competências para as autarquias, para as comunidades intermunicipais e também para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional é um caminho que pode levar a que tenhamos melhores políticas públicas em Portugal”. E há nos resultados do Barómetro “uma novidade” que Filipe Teles realça: “Quando é perguntado em que áreas de políticas públicas é que os municípios deveriam ter mais responsabilidades, aparece a educação, a saúde, a segurança, onde os municípios têm um conjunto de tarefas atribuídas, mas não têm grande capacidade de decisão em termos de políticas públicas. Isso é um dado interessante para a discussão sobre a delegação de competências, sobre descentralização.” Até porque, diz, “há uma maioria” já mais “propensa a aceitar a ideia de regionalização em Portugal”.

Vale ainda a pena olhar para outra conclusão do Barómetro: 38% dos inquiridos mostram-se “satisfeitos” ou “muito satisfeitos” com o funcionamento da democracia local, e apenas 23% se dizem “pouco” ou “nada satisfeitos”. “Este sentimento tendencialmente positivo é particularmente relevante num contexto de erosão da confiança na política nacional e europeia, indicando que a escala local permanece como um espaço de maior resiliência democrática.”

Pedro Adão e Silva concorda que “há esse padrão de maior resistência dos partidos tradicionais ao nível local do que ao nível da política nacional” e que tal pode funcionar “como um travão” ao crescimento do populismo a nível municipal. “A expectativa é que, dadas as características específicas das eleições locais, a capacidade de penetração de mensagens ou de partidos populistas seja menor”, completa Filipe Teles.

António Cândido de Oliveira, investigador do JusGov - Centro de Investigação da Escola de Direito da Universidade do Minho, entende que estas autárquicas “vão ser um teste à força ou fraqueza da democracia local”. “Uma descida significativa dos dois maiores partidos a nível local com subida de partidos que não têm particular estima pela nossa Constituição significará que há uma crise da democracia local que obrigará a uma profunda reflexão”, diz ao PÚBLICO, sublinhando também que é de esperar, a partir das eleições de hoje, “uma maior fragmentação da composição dos principais órgãos dos municípios (câmara e assembleia, com consequentes dificuldades no governo municipal)”. Daí advém “a necessidade de debater o sistema eleitoral em vigor”, defende o especialista em administração local.

Hoje, serão escolhidos, entre outros, os presidentes de 308 câmaras, assim como vereadores. As remunerações de todos estes titulares de cargos políticos seguem várias regras definidas por lei e vão variando ao longo do tempo. Aqui explica-se como são calculados e que valores têm actualmente.

Como é calculado o salário de um presidente de câmara municipal?

Em Portugal, a remuneração do presidente de câmara depende do salário que é pago ao Presidente da República. A relação com a remuneração do chefe de Estado é, aliás, a regra instituída para fixar as remunerações de todos os eleitos para titulares de cargos políticos.

Isso significa que os presidentes de câmara têm todos o mesmo salário?

Não. Embora exista uma regra que estabelece que a remuneração do presidente de câmara está dependente do salário do chefe de Estado, a lei prevê a existência de diferenças remuneratórias conforme o número de eleitores do concelho a que o autarca preside. A lógica é a seguinte: quanto maior é o número de pessoas com capacidade de voto, maior é a remuneração do presidente de câmara.

Qual é exactamente a relação entre o salário do chefe de Estado e o salário dos vários presidentes de câmara?

Os presidentes das câmaras de Lisboa e Porto — as duas principais cidades do país — recebem uma remuneração equivalente a 55% daquela que é paga ao Presidente da República. Excluindo estas duas cidades, a lei prevê uma divisão dos municípios em três escalões, conforme o número de eleitores, e os salários dos presidentes das autarquias vão diminuindo à medida que desce o número de eleitores dos municípios.

Assim, nas autarquias com 40 mil eleitores ou mais, os responsáveis políticos recebem metade daquilo a que o Presidente da República tem direito todos os meses. Nos concelhos com mais de 10 mil eleitores e menos de 40 mil, os salários correspondem a 45% e,

Quanto ganha um autarca?

Valores em euros

Remuneração bruta*	N.º eleitores			
	Lisboa e Porto	A partir dos 40 mil	≥10 mil e <40 mil	Restantes municípios
Presidentes de câmara	4604	4185	3767	3348
Vereadores	3683	3348	3013	2678

Despesas de representação**	N.º eleitores			
	Lisboa e Porto	A partir dos 40 mil	≥10 mil e <40 mil	Restantes municípios
Presidentes de câmara	1381	1256	1130	1004
Vereadores	737	670	603	536

*Valor pago 14 vezes e apurado antes de descontos para a Segurança Social e IRS
 **Valor pago 12 vezes

Fonte: Estatuto dos Eleitos Locais (Lei n.º 29/87, de 30 de Junho); cálculos do PÚBLICO

nos restantes municípios, a remuneração equivale a 40% da do Presidente da República.

Na prática, quanto recebem os presidentes de câmara?

Hoje é possível saber quais os valores recebidos pelos presidentes de câmara actualmente, valores que estarão em vigor até ao final deste ano, abrangendo ainda um pequeno período do mandato dos futuros presidentes. Assim, os autarcas de Lisboa e Porto recebem 4604 euros por mês (em termos líquidos). Ou seja, a este valor ainda se desconta o IRS e a contribuição para a Segurança Social, e adicionam-se as despesas de representação (que correspondem a 30% da remuneração do presidente da autarquia).

Os autarcas de concelhos com mais de 40 mil eleitores auferem uma remuneração bruta mensal de 4185 euros. Os eleitos de concelhos com entre 10 e 40 mil eleitores têm direito a uma remuneração de 3767 euros e os de concelhos abaixo de 10 mil têm um salário de 3348 euros.



Para o próximo ano os valores são iguais?

Ainda não existe resposta para esta pergunta. Isto porque quando o Governo decide a percentagem de actualização salarial para a Administração Pública para um determinado ano, esta actualização abrange também as remunerações dos altos titulares dos cargos políticos. Certo é que, ao contrário do que aconteceu aos actuais autarcas, os novos iniciam o seu mandato sem o corte salarial de 5% que vigorou durante uma década e que terminou em 2024.

Além dos presidentes, quanto recebem os vereadores?

A regra para o cálculo da remuneração dos vereadores a tempo inteiro diz que esta corresponde a 80% da remuneração do presidente de câmara.

Assim, em Lisboa e Porto os vereadores estão a receber 3683 euros. No pólo oposto, para concelhos abaixo de 10 mil eleitores, os vereadores, neste ano de 2025, estão a receber 2678 euros.

E as despesas de representação?

A lei diz que os presidentes de câmara recebem em despesas de representação 30% da remuneração bruta. Nesse caso, actualmente a parcela de rendimento varia entre 1004 euros e 1381 euros.

No caso dos vereadores, em que as despesas de representação correspondem a 20% da remuneração, esta rubrica varia entre 536 euros e 737 euros. **Marta Moitinho Oliveira**

ID: 119567047

12-10-2025

Resultados

Bastões e ameaças ao governo, o que mudou no país em 50 anos

Têm as suas dinâmicas próprias, mas as autárquicas levaram à queda do Governo de Guterres e ameaçaram o de Cavaco

Helena Pereira

As primeiras eleições autárquicas democráticas fecharam o novo ciclo eleitoral iniciado com o 25 de Abril de 1974. Tiveram lugar em Dezembro, quando já era Presidente da República Ramalho Eanes, que ganhara com o slogan “Muitos prometem, Eanes cumpre”. O PS foi o partido mais votado, com 33% dos votos, mas obteve igual número de presidências de câmara que o PSD: 115. Já o PCP e o CDS ficaram taca a taca – o primeiro com 37 câmaras e o segundo com 36.

Surpreendente foi então a alta taxa de abstenção – 35%, quando nas eleições legislativas desse ano fora apenas de 16%.

Dez anos depois, nas eleições de 1985, o PSD ultrapassa, pela primeira vez, o PS em termos autárquicos. Estas eleições tiveram lugar dois meses depois das legislativas que elegeram, pela primeira vez, Cavaco Silva como primeiro-ministro, marcando o início de uma viragem do país à direita. O PS viria a ser novamente o maior partido autárquico quatro anos depois.

Nas autárquicas de 1993, já com uma maioria absoluta do PSD há oito anos e uma relação muito tensa entre o então primeiro-ministro, Cavaco Silva, e o então Presidente da República, Mário Soares, o Governo temia que um desaire nas autárquicas levasse o chefe do Estado a dissolver a Assembleia da República, como lembra Cavaco no segundo volume das suas memórias. O resultado eleitoral, contudo, não foi o esperado em Belém: o PSD teve apenas menos dez câmaras do que o PS.

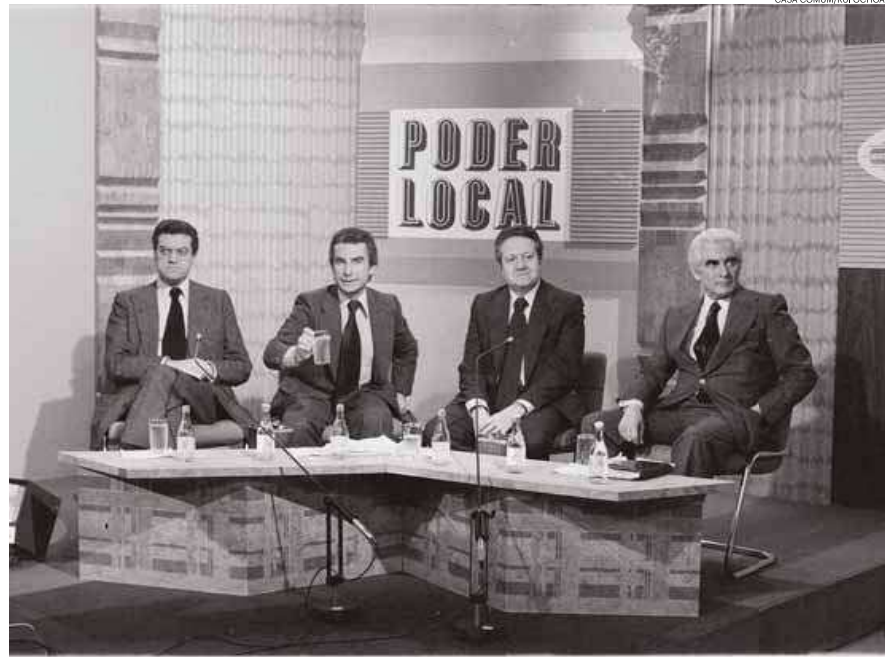
Mais trágica, porém, para os socialistas, foi a noite eleitoral das autárquicas de 2001. O PSD conseguiu conquistar 150 câmaras, sozinho e em coligação, roubando importantes autarquias ao PS, como o Porto, Lisboa, Sintra e Coimbra. Nessa mesma noite, António Guterres, secretário-geral do PS e primeiro-ministro, apresentou a sua demissão – uma decisão inédita na altura e que nunca mais se repetiu. O próprio chefe do Governo considerava abalada a sua legitimidade. Foi então que pronunciou a célebre expressão que para sempre lhe ficou associada: demitiu-se para evitar que o país caísse “num pântano político”.

A história dos chamados partidos mais pequenos conta-se rapidamente. O CDS, que chegou a ser um partido autárquico com o mesmo peso que o PCP, está hoje reduzido a seis câmaras. O PCP esteve em perda entre 1976 e 2013, ano em que a luta contra a *troika* se fez sentir também no poder local. Actualmente, tem 18 presidências de câmara.

O PPM e o Bloco de Esquerda, que chegaram a ter uma presidência de câmara cada um, já não constam no actual mapa eleitoral.

A partir de 2001 passou também a ser possível a candidatura de grupos de cidadãos independentes às autarquias, e isso ajudou a mudar o perfil político do país. Eleição após eleição, esse grupo de autarcas tem vindo a crescer.

Dos bastiões conquistados em 1976, existem ainda 27 que nunca mudaram de cor partidária, como, por exemplo, Arcos de Valdevez, Mação, Alenquer, Portimão e Serpa.

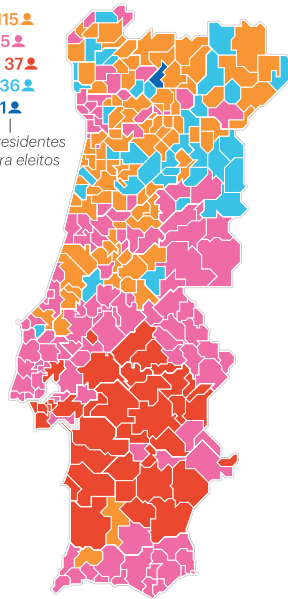


Cinco décadas de eleições autárquicas democráticas

1976

- PPD 115
- PS 115
- FEPU 37
- CDS 36
- PPM 1

N.º de presidentes de câmara eleitos

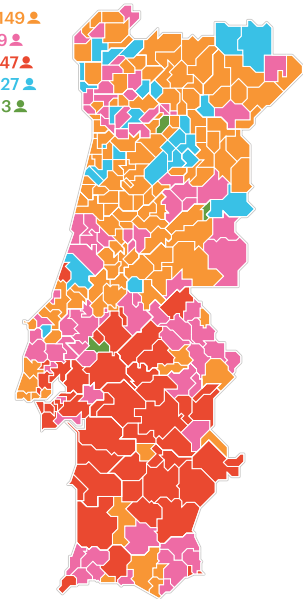


AÇORES

MADEIRA

1985

- PSD 149
- PS 79
- APU 47
- CDS 27
- PRD 3



AÇORES

MADEIRA

1997

- PPD 127
- PS* 128
- CDU 41
- CDS 8
- PPM 1



AÇORES

Fontes: MAI

ID: 119567047

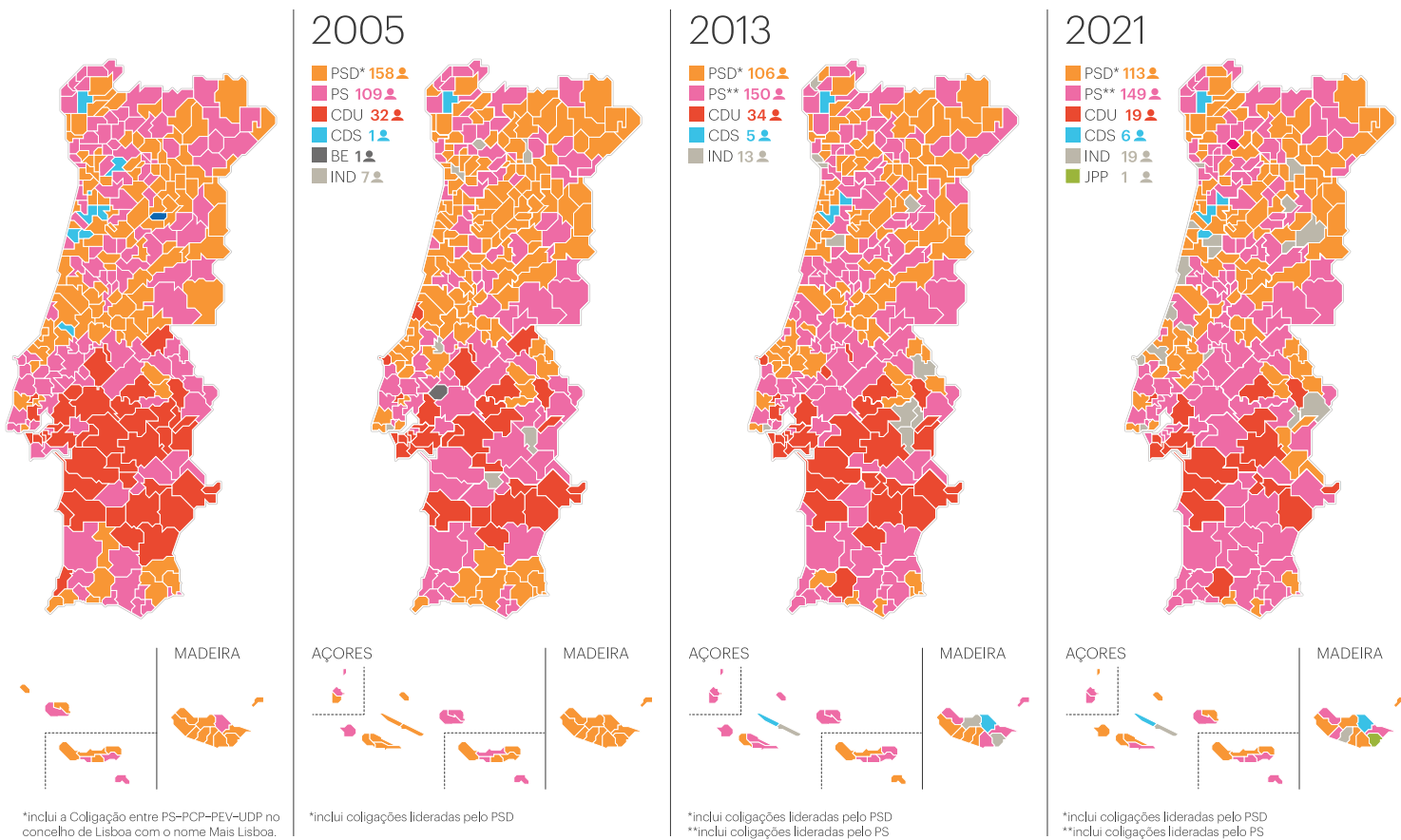
12-10-2025



Freitas do Amaral, Sá Carneiro, Mário Soares e Álvaro Cunhal (à esquerda) num debate na RTP sobre as autárquicas, moderado por Joaquim Letria

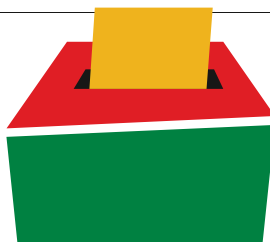
Cartazes do PSD nas autárquicas de 1976

Eleitores depois de votarem na manhã de 12 de Dezembro de 1976. Vê-se Otelo Saraiva de Carvalho (à direita)



Eleições autárquicas

Segredo da confiança no poder local? Proximidade e ciclos longos



Bastões e ameaças ao governo, o que mudou em 50 anos

Quanto ganha um autarca?

Destaque, 2 a 5 e Editorial